

Reforma da educação é criticada

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, enfrentou ontem críticas à criação do fundo para a educação básica, à regulamentação da autonomia das universidades e à prioridade dada pelo MEC ao ensino fundamental. Num reunião tensa, que durou cinco horas, o ministro foi sabatinado na comissão especial da Câmara que discute a reforma da educação. Deputados do PT, do PDT e do PC do B afirmaram que a redistribuição dos recursos entre os municípios, prevista pelo fundo, para garantir um mínimo de R\$ 300 por ano a cada aluno, vai nivelar o ensino por baixo.

“O governo precisa aumentar a destinação de recursos federais para a educação e não inventar mudanças que irão prejudicar municípios que já aplicam verbas expressivas nessa área”, defendeu o deputado Lindberg Farias (PCdoB-RJ). “O governo quer socializar a miséria”, acusou o deputado, autor de uma emenda ao projeto do governo, que eleva de 18% para 25% os recursos do Orçamento da União para educação.

Paulo Renato rebateu as críticas aos critérios definidos para a redistribuição de recursos do fundo, defendendo que o governo quer democratizar o acesso aos recursos. “Em parte estaremos atingindo os municípios ricos”, admitiu o ministro, citando o caso de Paulínia, em São Paulo. “A prefeitura hoje oferece ônibus gratuito para o transporte das crianças, e talvez isso tenha que ser cortado, já que nosso objetivo maior é oferecer escola de boa qualidade para todos”, argumentou.

A deputada Ester Grossi (PT-RS) também criticou a reforma do governo, insistindo em que não pode priorizar o ensino fundamental. “Educação não pode ser tratada de forma estanque”, alertou a deputada, que também fez restrições ao limite de R\$ 300 reais/ano para cada aluno.